

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[simulados.coordenacao@grancursosonline.com.br](mailto:simulados.coordenacao@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2412205257M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

1º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Procuradoria Geral do Município de Aracaju  
PGM de Aracaju/SE

**CARGO:**

Procurador Municipal

**MODELO/BANCA:**

Cebraspe

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

12/2024

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

12/2024

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

## 2412205257M - PGM DE ARACAJU SE - 1º SIMULADO - PROCURADOR MUNICIPAL (PÓS-EDITAL) GRUPO I

### Direito Constitucional e Processual Constitucional

Weslei Machado

- 1 No que se refere ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a mutação constitucional, julgue o item a seguir: a mutação constitucional por meio da interpretação judicial representa um mecanismo legítimo pelo qual o Supremo Tribunal Federal pode adaptar o texto da Constituição às novas realidades sociais, sem a necessidade de uma emenda formal, desde que essa adaptação não contrarie o núcleo essencial dos preceitos constitucionais.
  - 2 No que se refere ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o Poder Constituinte Originário e o Poder Constituinte Derivado, julgue a seguir: as normas constitucionais originárias, criadas pelo poder constituinte originário, estão sujeitas a limitações materiais e formais, semelhantes às emendas à Constituição, que devem respeitar as cláusulas pétreas e outros limites impostos pela ordem constitucional.
  - 3 Com a finalidade de dar liberdade e independência para o exercício de cargos e funções públicas, o Supremo Tribunal Federal considera que a prerrogativa de foro por função estende-se a ex-ocupantes de cargos públicos e ex-titulares de mandatos eletivos, reconhecendo tal extensão como coerente com os princípios republicanos de igualdade entre os cidadãos.
- No âmbito do direito processual constitucional, o mandado de segurança representa uma garantia fundamental destinada à proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Considerando essa premissa, julgue o item a seguir.
- 4 Somente pode socorrer-se do mandado de segurança o titular do direito lesado ou ameaçado de lesão por ato ou omissão de autoridade, pois esse remédio constitucional não é adequado quando não se está diante de uma situação em que o impetrante é o titular do direito sob ameaça ou lesão.
  - 5 No que se refere ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre os limites para o exercício do direito de liberdade de expressão e de manifestação de pensamento, julgue o item a seguir: de forma excepcional, admite-se a censura prévia em matérias jornalísticas para evitar a publicação de informações falsas e proteger a dignidade da pessoa humana, como meio de implementação do binômio liberdade e responsabilidade.
  - 6 No ordenamento jurídico brasileiro, permite-se à gestante ou à lactante, mediante a apresentação de um atestado médico, a renúncia ao direito de afastamento de atividades insalubres.

- 7 Considerada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o fornecimento de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde, julgue o item seguinte: no Brasil, o Poder Judiciário, ao deferir judicialmente a concessão de medicamentos não incorporados pelo SUS, pode basear sua decisão exclusivamente em prescrições, relatórios ou laudos médicos apresentados pelo requerente, sem a necessidade de outras análises ou consultas técnicas.
- 8 No que se refere ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a repartição de competências entre os entes federativos, julgue o item a seguir: a União detém competência concorrente para legislar sobre planos privados de assistência à saúde, permitindo que os estados também possam estabelecer normas específicas sobre formas de pagamento desses serviços.
- 9 Suponha que o governador do Estado X nomeie sua irmã para o cargo de Secretária de Cultura. Levando em consideração a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Súmula Vinculante n. 13, a nomeação é constitucionalmente válida, por enquadrar-se como cargo político, e não está sujeita às restrições de nepotismo previstas na referida súmula.
- 10 Conforme a Constituição Federal, julgue o item a seguir: os professores que atuem na educação infantil, ensino fundamental e médio têm o direito de reduzir em cinco anos a idade mínima para aposentadoria, desde que cumpram o tempo de contribuição fixado por lei complementar do respectivo ente federativo. A aplicação dessa regra é condicionada à comprovação do tempo de exercício efetivo das funções de magistério nessas etapas educacionais.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir:

- 11 A Constituição Federal garante que 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal possam requerer a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cuja instauração não depende de aprovação pelo plenário das respectivas casas legislativas. Essa norma é extensiva às assembleias legislativas estaduais, as quais devem seguir o mesmo modelo de criação e instauração das CPIs determinado pela Constituição Federal, sem a necessidade de submissão do requerimento a qualquer órgão interno da assembleia.
- 12 No âmbito do controle de constitucionalidade, uma decisão do Tribunal de Justiça que declara a inconstitucionalidade de um preceito normativo estadual com base em norma constitucional estadual que reproduz dispositivo da Constituição Federal não impede o Supremo Tribunal Federal de prosseguir com o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade contra o mesmo preceito. Isso porque a competência do STF permanece intacta para avaliar a inconstitucionalidade do preceito estadual em face da Constituição Federal.



**13** No que se refere à eficácia temporal das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do controle de constitucionalidade, julgue o item a seguir: a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que não explicita a eficácia temporal ao julgar a inconstitucionalidade de uma norma implica uma presunção de que não há razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social que justifiquem a modulação de efeitos. Entretanto, essa presunção não é absoluta até o trânsito em julgado da decisão, permitindo que, em sede de embargos de declaração e antes do trânsito em julgado, o STF possa reconhecer razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social que justifiquem a modulação dos efeitos da decisão para preservar a unidade material da Constituição e evitar efeitos retroativos que possam gerar cenários caóticos no direito.

**14** De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a advocacia pública, julgue o item a seguir: a criação de Procuradorias municipais é uma decisão que depende exclusivamente da autonomia de cada município, não podendo ser imposta por leis estaduais. Além disso, é considerado inconstitucional qualquer dispositivo de Constituição Estadual que permita a contratação direta e indiscriminada de serviços jurídicos para representação judicial e extrajudicial dos municípios.

**15** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é permitido ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança a qualquer momento antes da decisão final, mesmo sem o consentimento da autoridade coatora ou dos litisconsortes passivos necessários, e essa possibilidade se estende até mesmo após a concessão do writ, não sendo aplicável, nesse caso, a norma do art. 267, § 4º, do Código de Processo Civil.

## Direito Administrativo

Gustavo Scatolino

No que se refere aos agentes públicos, analise o item a seguir.

**16** A exoneração de cargo em comissão ocorre exclusivamente a pedido do servidor ou por decisão administrativa motivada, não sendo admitida a exoneração ad nutum.

Sobre os atos administrativos, julgue o seguinte item.

**17** A convalidação de um ato administrativo com vício de competência pode ser realizada, desde que o vício não seja relativo à competência exclusiva.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o seguinte item.

**18** As empresas públicas não usufruem da imunidade tributária recíproca, mesmo quando desempenham exclusivamente serviços de interesse público em regime de monopólio.

Em relação aos atos administrativos, julgue o seguinte item.

**19** Atos administrativos com vício de motivo podem ser convalidados pela própria administração pública, desde que seja comprovado que a irregularidade não comprometeu os efeitos jurídicos do ato.

Com base no entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, julgue o item abaixo.

**20** É dispensada a reposição de importâncias indevidamente percebidas, de boa-fé, por servidores ativos e inativos, e pensionistas, em virtude de erro escusável de interpretação de lei.

Sobre o poder regulamentar da administração pública, julgue o item a seguir.

**21** O poder regulamentar permite à administração pública criar normas primárias para preencher lacunas legislativas em temas de interesse público urgente.

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item abaixo.

**22** O Supremo Tribunal Federal entendeu que as empresas prestadoras de serviços públicos têm responsabilidade objetiva em relação a usuários e a terceiros não usuários.

Acerca dos contratos administrativos regidos pela Lei n. 14.133/2021, julgue o item abaixo.

**23** A administração pode extinguir unilateralmente um contrato em razão de alterações unilaterais que aumentem os encargos do contratado, mesmo sem o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

Sobre os agentes políticos, julgue o seguinte item.

**24** Agente público é a definição que abrange o maior número de pessoas, que prestam qualquer serviço para a administração, ainda que voluntário e transitório.

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item abaixo.

**25** O Supremo Tribunal Federal entendeu ser da primeira instância a competência para julgar ação de improbidade administrativa contra agente político.

Sobre a responsabilidade civil do Estado, julgue o seguinte item.

**26** O Estado pode exercer o direito de regresso contra o agente público que, com dolo ou culpa, causar danos a terceiros no exercício de suas funções.

Sobre a extinção de atos administrativos, julgue o item abaixo.

**27** A revogação de atos administrativos por motivo de conveniência e oportunidade pode retroagir, desfazendo os efeitos já produzidos.

No que tange à organização administrativa, julgue o seguinte item.

**28** A descentralização administrativa implica a transferência de competências e titularidade para entidades da administração indireta, sendo vedada sua realização para entes privados.

Sobre os contratos administrativos regidos pela Lei n. 14.133/2021, julgue o item a seguir.

- 29** Em caso de atraso no pagamento por parte da administração superior a um mês, o contratado poderá extinguir o contrato

No que se refere aos contratos administrativos regidos pela Lei n. 14.133/2021, analise o item a seguir.

- 30** A administração tem o direito de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis vinculados ao objeto do contrato em caso de inexecução contratual por parte do contratado.

## Direito Tributário

Renato Grilo

- 31** Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, firmada em sede de recurso repetitivo, julgue a seguinte assertiva: a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação.
- 32** Julgue a seguinte assertiva, de acordo com o entendimento firmado pelo STJ em sede de recurso repetitivo, a respeito de imposto municipal: o Município pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.

Sobre o instituto da obrigação tributária, julgue os itens a seguir.

- 33** A obrigação tributária acessória tem por objetivo apenas a arrecadação direta dos recursos, de acordo com o CTN.
- 34** A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- 35** Sobre o instituto da obrigação tributária, julgue os itens a seguir. Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em regulamentos exarados pelas autoridades administrativas, considerada como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- 36** Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- 37** São princípios que passaram a estar expressos no texto constitucional após a vigência da Reforma Tributária (EC 132.2023): da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- 38** Após a vigência da Reforma Tributária (EC 132.2023), ficou determinado expressamente que as alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.
- 39** A Reforma Tributária (EC 132.2023) passou a prever um novo imposto de competência da União, nos seguintes termos: “Compete à União instituir impostos sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei ordinária nacional”.

- 40** Acerca da temática do lançamento tributário, julgue se o item está correto: A notificação do lançamento do IPTU, imposto municipal, é feita pelo envio do carnê ao endereço do contribuinte, cabendo-lhe comprovar a ausência de notificação do lançamento tributário pelo não recebimento.

- 41** Considerando o entendimento firmado pelo STJ sobre o lançamento tributário, julgue o item a seguir: o locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado.

- 42** Considerando as imunidades constitucionais, a Reforma Tributária estabeleceu prescrições diferentes para o IBS e para a CBS.

- 43** Julgue a seguinte assertiva: tanto o IBS como a CBS não admitem o estabelecimento de benefícios fiscais, exceto os que estejam expressamente previstos no texto constitucional.

- 44** A partir da Reforma Tributária, todos os tributos serão informados pelo princípio da neutralidade.

- 45** De acordo com o STJ, quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

## Direito Financeiro

Anderson Ferreira

Sobre os conceitos básicos de direito financeiro, julgue os itens que seguem.

- 46** O Direito Financeiro e o Tributário, embora sejam especialidades distintas do Direito Público, possuem correlações, principalmente no que concerne às receitas públicas: um fornece os meios para arrecadação; outro gerencia as receitas para o atendimento às políticas públicas.

Sobre os conceitos básicos de direito financeiro, julgue os itens que seguem.

- 47** O orçamento participativo é definido como aquele em que há a participação dos três Poderes da República no momento da elaboração.

Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 48** A lei orçamentária anual (LOA) deve orientar a elaboração do plano plurianual – PPA.

Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 49** As diretrizes, objetivos e metas da administração pública para o período de quatro anos são estabelecidos no plano plurianual – PPA.

Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue os itens que se seguem.

**50** As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto.

Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue os itens que se seguem.

**51** O prazo limite para que o Presidente da República envie Mensagem ao Congresso Nacional para propor modificações ao projeto de lei do orçamento é o início da votação da parte cuja alteração é proposta.

Acerca da Lei n. 4.320 de 1964, que institui as normas gerais de direito financeiro no ordenamento jurídico nacional, julgue os itens que se seguem.

**52** O controle da execução orçamentária não compreende a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, haja vista que essa ação é relacionada ao orçamento tradicional, não mais utilizado no Brasil.

Acerca da Lei n. 4.320 de 1964, que institui as normas gerais de direito financeiro no ordenamento jurídico nacional, julgue os itens que se seguem.

**53** Para inserir dotação orçamentária inicialmente não prevista no projeto de lei orçamentária anual, o ente público deve se valer do crédito adicional especial.

No que se refere aos princípios orçamentários, julgue os itens que se seguem.

**54** É permitida a vinculação de impostos a fundos que destinem os recursos a ações e serviços públicos de saúde.

No que se refere aos princípios orçamentários, julgue os itens que se seguem.

**55** O Relatório Resumido de Execução Orçamentária não possui a função de reforçar o princípio orçamentário da transparência.

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

**56** Receitas orçamentárias efetivas são aquelas em que, além de culminarem no ingresso de disponibilidades no erário, também acarretam variação patrimonial positiva.

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

**57** A classificação da despesa por esfera orçamentária busca indicar em qual orçamento a dotação orçamentária está inserida.

Sobre a execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

**58** Classifica-se como estimativo o empenho usado para despesas contratuais e que estejam sujeitas a parcelamento.

Sobre a execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

**59** No aspecto orçamentário, o reconhecimento da receita orçamentária ocorre sob o regime de competência.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, julgue o item a seguir.

**60** Em caso de cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança, não se aplicam as disposições de responsabilidade fiscal acerca da renúncia de receita.

## Direito Urbanístico

Werner Rech

**61** Os Municípios possuem competência exclusiva para legislar sobre uso e ocupação do solo urbano.

**62** O Plano Diretor é um instrumento obrigatório para Municípios com mais de 20 mil habitantes.

**63** O direito à cidade é compreendido como um direito coletivo que visa garantir a gestão democrática e a justa distribuição dos benefícios da urbanização.

**64** O direito de construir é absoluto e não admite limitações impostas pelo poder público, salvo em casos de interesse público devidamente fundamentados.

**65** A justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização deve ser observada em todas as ações de planejamento urbano.

**66** Os Municípios podem estabelecer critérios para uso e ocupação do solo urbano, respeitando as diretrizes do Plano Diretor, quando obrigatório.

**67** A licença de construção tem caráter discricionário e pode ser negada mesmo que o requerente cumpra todos os requisitos legais.

**68** A aplicação de sanções administrativas por infrações urbanísticas depende de decisão judicial transitada em julgado.

**69** A Lei n. 13.465/2017 trouxe inovações importantes na regularização fundiária urbana, incluindo a possibilidade de uso de legitimação fundiária como instrumento de regularização.

**70** A desapropriação para renovação urbana somente pode ser realizada mediante prévia autorização legislativa específica.

**71** Audiências públicas e consultas populares são instrumentos obrigatórios na formulação e implementação do Plano Diretor.

**72** O tombamento de bens culturais materiais impede que o proprietário continue utilizando o bem para fins econômicos.

**Direito Ambiental**

Renato Pulz

A tutela e proteção do bem jurídico meio ambiente saudável e equilibrado é um dever do Estado e tem previsão constitucional. Sobre o tema, marque certo ou errado sobre a afirmativa a seguir:

**73** O meio ambiente sadio e equilibrado é um direito fundamental, indisponível, difuso e indivisível, sendo a reparação do dano ao meio ambiente imprescritível.

“Há 14 anos, STF barrava importação de pneus usados”.

Fonte: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=508868&ori=1>

Era comum tempos atrás a importação de pneus usados para serem reformados e revendidos no mercado interno. O Supremo Tribunal Federal foi provocado para julgar o tema e decidiu considerando princípios do Direito Ambiental. Sobre o tema, marque certo ou errado.

**74** No acórdão foi destacado a necessidade de adotar o princípio da precaução quando está em jogo risco de danos ambientais e à saúde, pois tal princípio afirma ser necessário evitar uma prática quando conhecidos com certeza os riscos do dano ambiental.

O federalismo é um instrumento de descentralização política que visa realizar direitos fundamentais e no que diz respeito ao Direito ambiental a doutrina e jurisprudência chamam o nosso de federalismo cooperativo ecológico, no qual incumbe ao Poder Público, em todos os espaços federados, o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Sobre o tema marque certo ou errado na afirmativa a seguir:

**75** Uma lei municipal pode proibir utilização de fogos de estampidos de efeitos sonoros ruidosos, fundamentada no princípio da prevenção.

Acerca das competências para autorizar a supressão e a vegetação, marque certo ou errado na afirmativa a seguir:

**76** Para a supressão de vegetação, ou seja, de algumas árvores em uma propriedade rural a autorização para tal prática é de competência do Estado.

Marque certo ou errado acerca do disposto na Resolução n. 237/1997 do Conama.

**77** O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais, quando consideradas efetivamente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, causam a degradação ambiental.

Marque certo ou errado sobre as fases do licenciamento ambiental:

**78** A licença de operação é aquela que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

Marque certo ou errado na afirmativa a seguir:

**79** Joãozinho, que é biólogo, está muito preocupado com os preparativos para um show que ocorrerá às margens do rio que corta sua cidade. Ele sabe que na época do show há a reprodução de espécies de quelônios e existem ninhos bem na área onde ficará a multidão de espectadores e o estacionamento de automóveis. Logo, é bem provável que muitos ninhos sejam destruídos e animais sejam mortos. Nesse contexto, Joãozinho poderá se utilizar da ação civil pública como instrumento para a proteção do meio ambiente.

**80** Sobre o estudo de impacto ambiental, pode-se afirmar que, além de possuir previsão constitucional, é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, sendo exigido para a construção, por exemplo, de uma ferrovia, e os custos para sua realização ficam por conta do proponente do projeto. Marque certo ou errado acerca da afirmativa.

**81** Um exemplo de unidade de conservação de proteção integral é a estação ecológica, que se caracteriza por ser de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. Marque certo ou errado sobre a assertiva.

Julgue o item a seguir como certo ou errado.

**82** Área de preservação permanente é a área protegida, desde que coberta por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Marque certo ou errado a respeito da afirmativa sobre a lei de crimes ambientais:

**83** O sujeito que maltrata um cavalo castigando-o com chicote e deixando-o com vários cortes na pele comete o crime de maus-tratos aos animais na forma qualificada, podendo ser preso em flagrante, devido à alteração legislativa em 2020.

**84** A responsabilização civil pelo dano ambiental é objetiva e solidária assim como a responsabilidade administrativa. Marque certo ou errado sobre a afirmativa.

Marque certo ou errado acerca da responsabilização da pessoa jurídica sobre o dano ambiental, conforme a jurisprudência e doutrina.

**85** É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais, porém isso dependerá também da responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome.



**Direito Processual Civil**

Raquel Bueno

- 86** O foro competente para o ajuizamento de ação possessória imobiliária é necessariamente o foro da situação da coisa, tratando-se de uma hipótese de competência territorial absoluta.
- 87** A atuação do *amicus curiae* é restrita, mas autoriza a oposição de embargos de declaração e recurso da decisão que julga o incidente de resolução das demandas repetitivas.
- 88** Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive. Todavia, tal suspensão não beneficia os membros do Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.
- 89** O princípio do contraditório não permite que o juiz profira qualquer decisão sem ouvir a parte contrária previamente.
- 90** A advocacia pública sempre terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, além da prerrogativa da intimação pessoal, que se dá por meio de carga, remessa ou meio eletrônico.
- 91** No tocante aos requisitos de validade do processo, os municípios só podem estar em juízo mediante representação judicial do prefeito.
- 92** A ação reivindicatória envolvendo bem imóvel situado no Brasil só pode ser proposta no Brasil, tratando-se de uma hipótese de jurisdição brasileira exclusiva.
- 93** O julgamento dos embargos de declaração não se submete à ordem cronológica de conclusão para se proferir sentença ou acórdão.
- 94** É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.
- 95** Nas causas que tramitam perante o juizado especial da Fazenda Pública, caso haja condenação do ente público, deverá a decisão ser submetida à remessa necessária.
- 96** Em ação ajuizada contra o município de Aracaju, houve a condenação do ente público ao pagamento de indenização no valor de cento e cinquenta mil reais. Considerando a inexistência de recurso das partes, a decisão só produzirá efeitos após o reexame obrigatório do tribunal.
- 97** Diante de um título executivo judicial contra a fazenda pública e após trânsito em julgado, iniciada a fase de cumprimento de sentença, a executada é intimada pessoalmente para efetuar o pagamento em trinta dias, sob pena de penhora e expropriação de bens.
- 98** O julgamento antecipado parcial do mérito ocorre por meio de decisão de mérito, impugnável via agravo de instrumento, dotado de efeito suspensivo *ope legis*.
- 99** O advogado público responde civilmente, embora de maneira regressiva, toda vez que agir com culpa ou dolo no exercício de suas funções.
- 100** Uma vez concedida a tutela provisória de urgência cautelar antecedente, sem a interposição de agravo de instrumento, haverá o fenômeno da estabilização.

## GRUPO II

## Direito Civil

Cristiny Rocha

Segundo as disposições da Lei de introdução às normas do direito brasileiro, julgue o item:

- 101** O denominado consequencialismo não deve pautar as decisões nas esferas administrativa, controladora e judicial, levando-se em conta que nesses casos haverá uma interpretação de valores abstratos.
- 102** Pode-se afirmar que as benfeitorias são bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aforoseamento de outro. Poderão ser úteis, necessárias ou voluptuárias.

Conforme as disposições a respeito dos fatos, atos e negócios jurídicos no direito civil, julgue o item.

- 103** A imposição de negócio solene não poderá ser estabelecida unicamente por convenção das partes, somente pela lei. Assim, na falta da utilização de escritura pública quando dispensada pela lei, ainda que exista convenção em sentido contrário das partes, haverá validade e eficácia do negócio, ante a dispensa legal.
- 104** Conforme entendimento do STJ, a responsabilidade do promitente vendedor por dívidas condominiais relativas ao período em que a posse for exercida pelo promissário comprador não será afastada, ainda que se demonstre a ciência inequívoca do condomínio acerca da transação.

Analise a assertiva a seguir acerca da propriedade e da individualidade de um imóvel.

- 105** A descrição de um imóvel, em todas as escrituras e atos a ele relativos, deverá guardar perfeita correlação com o registro anterior, em respeito ao princípio da continuidade.

Sobre o direito de propriedade, com base nas disposições do Código Civil, julgue o item seguinte.

- 106** Resolvida a propriedade pelo implemento da condição ou pelo advento do termo, entendem-se também resolvidos os direitos reais concedidos na sua pendência.
- 107** Conforme jurisprudência é possível afirmar que a transferência da propriedade do veículo ocorre por meio da tradição, impondo-se o registro no órgão de trânsito como requisito tão somente para fins de publicidade.

Conforme as disposições do Código Civil a respeito de prescrição e decadência, julgue o item.

- 108** As normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição são aplicáveis à decadência, exceto no caso disposição contratual em sentido diverso.

A respeito da herança jacente, conforme disposições do Código Civil e da jurisprudência, julgue o item.

- 109** Conforme entendimento do STJ, até a declaração de vacância, correrá o prazo para que o imóvel possa ser usucapido pelo particular que o detém.

No que tange à Lei n. 8.245/1991, que trata de locações de imóveis urbanos e a suas alterações, julgue o item.

- 110** Com relação ao contrato de locação por temporada, pode-se afirmar que tal modalidade é destinada à residência temporária do locatário, não superior a cento e oitenta dias, para a prática de lazer ou para a realização de cursos.

## Direito Empresarial

Edilson Enedino

- 111** A retirada de valores do caixa da sociedade, em contrariedade ao deliberado em reunião de sócios, configura falta grave, apta a justificar a exclusão de sócio, caso tal hipótese esteja prevista no contrato social.

- 112** Compete ao juízo da falência decidir sobre a prescrição intercorrente de crédito tributário que se busca habilitar perante o juízo da falência, quando a sentença que reconhece a prescrição parcial dos créditos é posterior à vigência da Lei n. 14.112/2020.

- 113** Embora haja determinação legal de convocação em falência, é válida a cláusula que possibilita nova convocação da assembleia geral de credores em caso de descumprimento do plano de recuperação judicial, em vez da imediata conversão em falência.

- 114** Em relação aos processos de recuperação judicial em andamento no momento da entrada em vigor da Lei n. 14.112/2020, mas ainda pendente a concessão da recuperação judicial, deve ser conferido, além do interregno legal, prazo razoável pelo Juízo da recuperação para comprovação da regularidade fiscal antes de decidir sobre o pedido.

- 115** Os acionistas ex-administradores e controladores da instituição financeira têm legitimidade para intervir no processo de falência instaurado a pedido do liquidante, desde que haja prévia autorização da assembleia geral, em se tratando de falência decorrente de procedimento de liquidação extrajudicial.

- 116** O vício de voto, na hipótese de acionista votar nas deliberações de assembleia-geral de sociedade anônima relativa à aprovação de suas próprias contas como administrador, conduz a sanção de anulabilidade, sendo desnecessária a prévia desconstituição da assembleia para que se autorize a responsabilização do sócio administrador.

- 117** Considerando-se a nova disciplina adequada a oportunizar, no contexto da recuperação judicial, o equacionamento também das dívidas fiscais do empresário e da sociedade empresária, infere-se que a partir da entrada em vigor da Lei n. 14.112/2020, mesmo diante do princípio da preservação da empresa, torna-se exigível a apresentação das certidões de regularidade fiscal como condição para a homologação do plano de recuperação judicial.

- 118** Se a dívida originária à qual está atrelada a carta de fiança é anterior ao pedido de recuperação judicial, o crédito está submetido aos seus efeitos, não importando a data em que se tornou exigível pela sub-rogação do fiador que pagou a dívida.
- 119** Apesar da condição expressa em lei, a exigibilidade do protesto da duplicata mercantil para a instrução do processo de falência não exige a realização do protesto especial para fins falimentares, bastando qualquer das modalidades de protesto previstas na legislação de regência.
- 120** Com o advento da Lei n. 14.112/2020, somente após a juntada da certidão negativa ou comprovação de adesão ao parcelamento das dívidas fiscais, com a certidão positiva com efeitos de negativa, é que o juiz irá ou não homologar o plano de recuperação judicial aprovado em assembleia.

## Legislação Municipal

Eduardo Galante

Acerca da Lei Orgânica do Município de Aracaju/SE, julgue os próximos itens.

- 121** A Procuradoria Geral do Município, criada pela Lei n. 1.405, de 3 de outubro de 1988 é o órgão que representa o Município judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe nos termos da lei que dispensar sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria, patrocínio, representação e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- 122** Os Procuradores exercerão a representação judicial e a Consultoria Jurídica do Município, organizados em carreira na qual o ingresso far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

Em conformidade com a Lei n. 1.547/1989 – Aracaju/SE, que institui o Código Tributário Municipal e Normas do Processo Administrativo Fiscal e dá outras providências, julgue o próximo item.

- 123** Por determinação da Procuradoria Geral do Município serão administrativamente cancelados os débitos: prescritos; de contribuintes que hajam falecido deixando bens que por força da lei, sejam insuscetíveis de execução; que, por seu ínfimo valor, tornem a cobrança ou execução notoriamente antieconômica.

Em relação à Lei Complementar n. 153/2016 – Aracaju/SE, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aracaju/SE, julgue os próximos itens.

- 124** A investidura em cargo público ocorre com a nomeação.
- 125** A posse é o ato pelo qual o servidor declara a aceitação expressa das atribuições, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao respectivo cargo. A posse deve ser efetuada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de nomeação para provimento do cargo.

No que se refere à Lei Complementar n. 108/2012, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Aracaju e institui o Estatuto dos Procuradores do Município de Aracaju e dá outras providências, julgue os próximos itens.

- 126** Dos pronunciamentos da PGM exarados em procedimentos administrativos, nos termos desta Lei, caberá Reclamação, por iniciativa do Prefeito, dos Secretários Municipais ou dos dirigentes das entidades autárquicas e fundacionais, a ser respondido no prazo máximo de 30 dias.
- 127** As atividades da PGM serão coordenadas e supervisionadas pela Subprocuradoria Geral do Município, que será dirigida pelo Subprocurador Geral, escolhido dentre os integrantes ativos da carreira e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante indicação do Procurador Geral do Município.

- 128** O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município é órgão superior normativo, consultivo e deliberativo.

No que diz respeito à Lei Complementar n. 50, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o regime próprio de previdência social de Aracaju/SE, julgue o próximo item.

- 129** O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais terá o caráter democrático e eficiente de gestão de forma paritária com a participação de representantes do Poder Público Municipal dos segurados e dependentes.

Quanto à Lei n. 5.486, de 22 de junho de 2022, que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Aracaju/SE, julgue o próximo item.

- 130** A escolha da entidade de previdência responsável pela administração do Plano de Benefícios será precedida de processo seletivo conduzido com impessoalidade, publicidade e transparência e que contemple requisitos de qualificação técnica e economicidade indispensáveis à garantia da boa gestão dos planos de benefícios.

## GRUPO III

## Direito Previdenciário

Fernando Maciel

- 131** Uma das novidades normativas introduzidas com a Reforma Previdenciária de 2019 (EC n. 103/2019) foi a aplicação da aposentadoria compulsória por idade aos empregados públicos.
- 132** Os valores relativos à participação nos lucros ou resultados da empresa, quando pagos ou creditados de acordo com a legislação específica, integram o salário-de-contribuição dos segurados empregados.
- 133** Júlio Mendes é um eletricitista que presta serviço de forma autônoma a diversos contratantes, estando filiado ao RGPS na condição de contribuinte individual. Na hipótese de Júlio possuir um filho menor de 14 anos, bem como se enquadrar no conceito de segurado de baixa renda, ele fará jus ao benefício de salário-família.
- 134** Para fins de aposentadoria voluntária dos seus servidores, o Município de Aracaju poderá estabelecer idades mínimas distintas daquelas exigidas dos servidores públicos federais, desde que o faça por meio de alteração em sua Lei Orgânica.
- 135** O Regime de Previdência Complementar dos servidores municipais de Aracaju poderá ser oferecido na modalidade de benefício definido.

## Direito do Trabalho

Fernanda Rocha

- 136** A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário-mínimo.
- 137** Os tripulantes e demais empregados em serviços auxiliares de transporte aéreo que, no momento do abastecimento da aeronave, permanecem a bordo têm direito ao adicional de periculosidade, uma vez que há exposição a inflamáveis.
- 138** A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo.
- 139** O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, bem como de softwares, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do empregado constitui tempo à disposição ou regime de prontidão ou de sobreaviso, exceto se houver previsão em acordo individual ou em acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- 140** Fica permitida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.

## Direito Processual do Trabalho

Fernanda Rocha

- 141** Não procede ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face de a sentença normativa, na qual se louvava, ter sido modificada em grau de recurso, porque em dissídio coletivo somente se consubstancia coisa julgada formal.
- 142** No caso de a tutela provisória haver sido concedida ou indeferida antes da sentença, cabe mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.
- 143** A homologação de acordo não constitui faculdade do juiz, existindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
- 144** Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 (oito) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- 145** A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

## Direito Penal

Pâmella Thayná

- Considerando aspectos gerais do direito penal brasileiro, julgue os itens que se seguem.
- 146** A anistia extingue todos os efeitos penais da condenação.
- 147** O crime de apropriação indébita previdenciária, quando praticado na modalidade “deixar de recolher a contribuição que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados”, é formal.
- 148** A prática, num mesmo contexto fático, dos crimes de uso de documento falso e de falsidade ideológica enseja condenação unicamente pelo delito de uso de documento falso.
- 149** Admite-se o reconhecimento do princípio da insignificância no crime de contrabando de cigarros praticado por reincidente não específico.
- 150** A consumação do crime ambiental de causar poluição depende da constatação, por prova pericial, da causação de poluição que resulte em danos à saúde humana.





PGM DE ARACAJU/SE - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU  
1º SIMULADO  
PROCURADOR MUNICIPAL (PÓS-EDITAL)

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Gabarito	C	E	E	C	E	E	E	E	C	C	C	C	C	C	C
Item	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	E	C	E	E	C	E	C	E	C	C	C	E	E	E	C
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Gabarito	C	E	E	C	E	C	C	C	E	C	E	E	C	E	C
Item	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	E	E	C	E	C	E	C	C	E	C	C	E	E	C
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Gabarito	E	C	C	E	C	C	E	E	C	E	C	E	C	E	C
Item	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	E	E	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E	E	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Gabarito	E	C	C	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E
Item	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	C	E	C	E	E	E	C	C	E	E	C	C	C	C
Item	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135
Gabarito	E	C	C	E	E	E	C	E	C	C	C	E	E	C	E
Item	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150
Gabarito	E	E	C	E	E	C	C	E	E	C	C	E	C	C	E

# ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



#### FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



#### TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



#### VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



#### TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



#### NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.




#### TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

#### Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora

## 2412205257M - PGM DE ARACAJU SE - 1º SIMULADO - PROCURADOR MUNICIPAL (PÓS-EDITAL) GRUPO I

### Direito Constitucional e Processual Constitucional

Weslei Machado

- 1 No que se refere ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a mutação constitucional, julgue o item a seguir: a mutação constitucional por meio da interpretação judicial representa um mecanismo legítimo pelo qual o Supremo Tribunal Federal pode adaptar o texto da Constituição às novas realidades sociais, sem a necessidade de uma emenda formal, desde que essa adaptação não contrarie o núcleo essencial dos preceitos constitucionais.

**Certo.**

**Assunto abordado:** Mutação constitucional.

A afirmativa está correta e reflete o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a mutação constitucional, conforme exposto no HC 91.361, relatado pelo ministro Celso de Mello. Neste julgamento, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a interpretação judicial pode funcionar como um instrumento de mutação informal da Constituição. Este processo permite que a Corte adapte o texto constitucional às mudanças e exigências da sociedade contemporânea, sem alterar formalmente o texto, desde que respeitado o núcleo essencial dos preceitos constitucionais. A mutação constitucional, assim, não é um ato de criação arbitrária ou modificação expressa da Constituição, mas uma necessidade de atualização interpretativa para garantir a eficácia e relevância da norma suprema diante de novos contextos e desafios.

- 2 No que se refere ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o Poder Constituinte Originário e o Poder Constituinte Derivado, julgue a seguir: as normas constitucionais originárias, criadas pelo poder constituinte originário, estão sujeitas a limitações materiais e formais, semelhantes às emendas à Constituição, que devem respeitar as cláusulas pétreas e outros limites impostos pela ordem constitucional.

**Errado.**

**Assunto abordado:** Poder Constituinte.

A afirmativa é incorreta porque contradiz a natureza do poder constituinte originário, que é ilimitado e incondicionado. Diferentemente do poder constituinte derivado ou reformador, o poder originário não está submetido a limitações prévias, seja de ordem material ou formal, já que ele é responsável pela criação da própria ordem jurídica e constitucional de um Estado. Assim, ele não precisa obedecer a normas ou princípios preexistentes, enquanto as emendas constitucionais, que são fruto do poder derivado, devem respeitar as cláusulas pétreas e outras limitações estabelecidas pela Constituição em vigor.

- 3 Com a finalidade de dar liberdade e independência para o exercício de cargos e funções públicas, o Supremo Tribunal Federal considera que a prerrogativa de foro por função estende-se a ex-ocupantes de cargos públicos e ex-titulares de mandatos eletivos, reconhecendo tal extensão como coerente com os princípios republicanos de igualdade entre os cidadãos.

**Errado.**

**Assunto abordado:** Poder Judiciário: competência.

A questão é errada porque, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal expressa no cancelamento da Súmula n. 394 e reiterada no julgamento do Inq 1.376 AgR, a prerrogativa de foro por função aplica-se exclusivamente aos ocupantes atuais de cargos públicos ou mandatos eletivos. A extensão dessa prerrogativa a ex-ocupantes contraria os princípios fundamentais da República, em especial o princípio da igualdade, transformando o que deveria ser uma prerrogativa funcional em um privilégio pessoal inaceitável. A prerrogativa de foro deve ser entendida como *ratione muneris*, ou seja, decorrente da função exercida, não acompanhando a pessoa após sua saída do cargo ou mandato.

No âmbito do direito processual constitucional, o mandado de segurança representa uma garantia fundamental destinada à proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Considerando essa premissa, julgue o item a seguir.

- 4 Somente pode socorrer-se do mandado de segurança o titular do direito lesado ou ameaçado de lesão por ato ou omissão de autoridade, pois esse remédio constitucional não é adequado quando não se está diante de uma situação em que o impetrante é o titular do direito sob ameaça ou lesão.

**Certo.**

**Assunto abordado:** Mandado de segurança.

O item está correto porque reflete a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e os princípios que regem o mandado de segurança. O STF, no julgamento do MS 28.772, reforçou que o mandado de segurança é um instrumento jurídico que protege direitos próprios, líquidos e certos de um indivíduo ou entidade diretamente afetados por uma ação ou omissão de autoridade. Portanto, a ação não pode ser utilizada por quem não seja titular do direito considerado lesado ou ameaçado, limitando seu uso a situações em que há uma conexão direta e pessoal entre o impetrante e o direito alegado.

- 5 No que se refere ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre os limites para o exercício do direito de liberdade de expressão e de manifestação de pensamento, julgue o item a seguir: De forma excepcional, admite-se a censura prévia em matérias jornalísticas para evitar a publicação de informações falsas e proteger a dignidade da pessoa humana, como meio de implementação do binômio liberdade e responsabilidade.

**Errado.**

**Assunto abordado:** Direitos e deveres individuais.

A questão é incorreta porque, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, expresso no julgamento do RE 1.075.412, é vedada qualquer forma de censura prévia à liberdade de imprensa. A Constituição consagra a liberdade de imprensa sob o princípio do binômio liberdade com responsabilidade, o que implica a possibilidade de análise e responsabilização posterior pela publicação de informações injuriosas, difamantes ou falsas. Assim, a responsabilização de veículos de comunicação ocorre apenas após a publicação, se comprovado que havia, à época da divulgação, indícios da falsidade das informações e negligência no dever de cuidado na verificação dos fatos.

- 6 No ordenamento jurídico brasileiro, permite-se à gestante ou à lactante, mediante a apresentação de um atestado médico, a renúncia ao direito de afastamento de atividades insalubres.

**Errado.**

**Assunto abordado:** Direitos sociais.

A questão é incorreta conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal na ADI 5.938. Segundo o julgado, a proteção à maternidade e ao recém-nascido são direitos sociais irrenunciáveis, que não podem ser afastados mesmo com a apresentação de um atestado médico pela gestante ou lactante. As normas constitucionais que salvaguardam a gestante ou lactante de exposição a atividades insalubres são de ordem pública e não podem ser objeto de renúncia, visando proteger não apenas a saúde da mãe, mas também garantir o pleno desenvolvimento e a segurança do recém-nascido. A legislação veda a exposição de gestantes e lactantes a qualquer ambiente insalubre, independentemente do grau, salvo casos excepcionais especificados em lei e mediante autorização médica, que não representam uma renúncia, mas uma medida de exceção claramente regulamentada.

- 7 Considerada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o fornecimento de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde, julgue o item seguinte: no Brasil, o Poder Judiciário, ao deferir judicialmente a concessão de medicamentos não incorporados pelo SUS, pode basear sua decisão exclusivamente em prescrições, relatórios ou laudos médicos apresentados pelo requerente, sem a necessidade de outras análises ou consultas técnicas.

**Errado.**

**Assunto abordado:** Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria de saúde pública.

Conforme o entendimento expresso no RE 566.471, a decisão judicial que determina o fornecimento de medicamentos não incorporados pelo SUS não pode fundamentar-se exclusivamente em prescrições, relatórios ou laudos médicos fornecidos pelo autor da ação. A questão é incorreta porque o Supremo Tribunal Federal estipulou que, para esses casos, o juiz deve, além de analisar a negativa de incorporação do medicamento à luz das políticas públicas e legislação do SUS, verificar a presença de requisitos específicos de dispensação, consultando o Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NATJUS) ou outras entidades com expertise técnica, sempre que possível. Esse procedi-

mento visa assegurar que as decisões judiciais estejam alinhadas com os critérios técnicos e normativos adequados e não se baseiem unicamente nos documentos médicos apresentados pelo paciente.

- 8 No que se refere ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a repartição de competências entre os entes federativos, julgue o item a seguir: a União detém competência concorrente para legislar sobre planos privados de assistência à saúde, permitindo que os estados também possam estabelecer normas específicas sobre formas de pagamento desses serviços.

**Errado.**

**Assunto abordado:** Repartição de competência.

A questão é incorreta porque, conforme estabelecido no julgamento da ADI 7.023, a União possui competência privativa para legislar sobre planos privados de assistência à saúde, conforme determinado pela Constituição Federal no artigo 22. Isso implica que apenas a União pode estabelecer normas gerais sobre essa matéria, sem possibilidade de suplementação por parte dos estados. A decisão mencionada concluiu que uma lei estadual que tentava ampliar as formas de pagamento desses planos era inconstitucional, devido à usurpação da competência legislativa federal exclusiva.

- 9 Suponha que o governador do Estado X nomeie sua irmã para o cargo de Secretária de Cultura. Levando em consideração a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Súmula Vinculante n. 13, a nomeação é constitucionalmente válida, por enquadrar-se como cargo político, e não está sujeita às restrições de nepotismo previstas na referida súmula.

**Certo.**

**Assunto abordado:** Princípios Constitucionais Administrativos

A questão é correta porque, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, especificamente citada na REl 6.650 MC-AgR, os cargos de natureza política, como o de secretário de Estado, não se submetem às restrições de nepotismo estabelecidas pela Súmula Vinculante 13. Os agentes políticos, por sua natureza e atribuições diretamente ligadas à execução de políticas públicas e à direção superior da administração pública, são exceção à regra que proíbe o nepotismo. Portanto, a nomeação da irmã do governador para o cargo de Secretária de Cultura, sendo um cargo político, é válida e não contraria a constituição nem a súmula mencionada.

- 10 Conforme a Constituição Federal, julgue o item a seguir: os professores que atuem na educação infantil, ensino fundamental e médio têm o direito de reduzir em cinco anos a idade mínima para aposentadoria, desde que cumpram o tempo de contribuição fixado por lei complementar do respectivo ente federativo. A aplicação dessa regra é condicionada à comprovação do tempo de exercício efetivo das funções de magistério nessas etapas educacionais.

**Certo.**

**Assunto abordado:** Servidores Públicos.

A questão está correta porque reflete precisamente o que dispõe o § 5º do artigo em questão da Constituição Federal, que estabelece uma redução de cinco anos na idade mínima para aposentadoria dos professores que comprovem efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio. Essa disposição visa reconhecer e valorizar as especificidades e a importância da função docente, proporcionando condições mais favoráveis para aposentadoria desses profissionais, em reconhecimento ao desgaste inerente à atividade.



De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir:

- 11 A Constituição Federal garante que 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal possam requerer a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cuja instauração não depende de aprovação pelo plenário das respectivas casas legislativas. Essa norma é extensiva às assembleias legislativas estaduais, as quais devem seguir o mesmo modelo de criação e instauração das CPIs determinado pela Constituição Federal, sem a necessidade de submissão do requerimento a qualquer órgão interno da assembleia.

**Certo.**

**Assunto abordado:** Comissão Parlamentar de Inquérito.

A afirmação está correta e reflete o entendimento consolidado pelo STF na ADI 3.619, segundo a qual a instauração de uma CPI pode ser requerida por 1/3 dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional ou das assembleias legislativas, sem necessidade de deliberação adicional por parte do plenário dessas casas. A decisão reforça o princípio da garantia das minorias e a autonomia das minorias parlamentares em promover investigações sobre questões específicas, independentemente do controle majoritário, assegurando que os dispositivos constitucionais relativos à criação de CPIs sejam respeitados em todas as unidades federativas.

- 12 No âmbito do controle de constitucionalidade, uma decisão do Tribunal de Justiça que declara a inconstitucionalidade de um preceito normativo estadual com base em norma constitucional estadual que reproduz dispositivo da Constituição Federal não impede o Supremo Tribunal Federal de prosseguir com o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade contra o mesmo preceito. Isso porque a competência do STF permanece intacta para avaliar a inconstitucionalidade do preceito estadual em face da Constituição Federal.

**Certo.**

**Assunto abordado:** Controle de constitucionalidade.

A afirmação é correta e alinha-se ao entendimento estabelecido pelo STF na ADI 3.659. A decisão do tribunal destaca que, mesmo quando um Tribunal de Justiça estadual já tenha declarado a inconstitucionalidade de uma norma com base na Constituição Estadual, o STF ainda tem competência para julgar ações diretas de inconstitucionalidade relativas ao mesmo preceito normativo se a norma estadual for uma reprodução de um dispositivo da Constituição Federal. Esse entendimento garante que o STF possa realizar um controle abstrato de normas, considerando o texto constitucional federal como parâmetro, assegurando a uniformidade e supremacia da Constituição Federal em todo o território nacional.

# ASSINATURA ILIMITADA 9.0

**Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.**

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



#### FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



#### TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



#### VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



#### TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



#### NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



#### TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

**Contato para vendas:**

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora